

A formação do pesquisador e a construção ética de trabalhos acadêmicos em Administração, a percepção de alunos e professores de um Programa de Pós-Graduação

The researcher's formation and the ethical construction of academic works in Administration, the perception of students and lecturers/professors from a Graduate Program

Sílvio Luiz de Paula*, Suiane Valença Brandão, Claudinete de Fátima Silva Oliveira Santos
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a percepção de docentes e discentes de um programa de pós-graduação sobre a construção ética de trabalhos acadêmicos, verificando práticas de criação e disseminação do saber acadêmico voltadas à formação do pesquisador. Buscando atender ao objetivo proposto discute-se, no referencial, a formação do pesquisador em Administração, os elementos éticos envolvidos no processo de construção científica, o plágio e as várias formas pelas quais se apresenta, focando a discussão nas práticas de plágio, autoplágio, *self-citation*, *cross-citation* e *over-citation*. Utilizando uma abordagem mista, foram coletados dados com docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE. A coleta ocorreu no mês de julho de 2015 por meio de formulário eletrônico disponibilizado por ferramenta do Google. Na análise dos dados foram utilizadas técnicas de estatística descritiva e análise de conteúdo. Quanto aos resultados, percebeu-se a necessidade de ampliar as discussões sobre a temática investigada, percebeu-se que, no processo de formação do pesquisador, faz-se necessário uma maior instrumentalização e reflexão acerca dos elementos éticos em pesquisa, uma vez que foram identificadas divergências e diferentes interpretações dentre os grupos (professor e aluno) pesquisados.

PALAVRAS-CHAVE: Construção do saber; Produção acadêmica; Violação ética; Plágio; Formação do pesquisador.

ABSTRACT

This paper aims to analyze teachers' and students' perception from a postgraduate program in the perspective of the ethical construction of academic works, verifying practices of creation and dissemination of academic knowledge aimed at the researcher's training. The ethical elements involved in the process of scientific construction, the plagiarism and the various ways in which it is presented, focus the discussion on the practices of plagiarism, self-plagiarism, self-citation, cross-citation and over-citation. Using a mixed approach, data were collected with teachers and students from the Graduate Program in Administration of UFPE. The collection occurred in July 2015 through an electronic form provided by Google tool. Data analysis was performed using descriptive statistics and content analysis techniques. Regarding the results, it was noticed the need to broaden the discussions about the research topic and it was also noticed that in the process researcher's formation it is necessary a greater instrumentalization and reflection on the ethical elements in research, since there were identified differences and different interpretations among the groups (teachers and students) surveyed.

KEYWORDS: Knowledge construction; Academic production; Ethical violation; Plagiarism; Research training.

Submissão: 14 dezembro 2017
Aprovação: 27 dezembro 2017

***Sílvio Luiz de Paula**

Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Endereço: Depto de Ciência da Informação - Centro de Artes e Comunicação - Av. da Arquitetura s/n, CEP 50740-550, Campus Universitário, Recife, PE, Brasil.
E-mail: silviodepaula1@gmail.com

Suiane Valença Brandão

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).
E-mail: suiane@yahoo.com.br

Claudinete de Fátima Silva Oliveira Santos

Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
E-mail: claudineteosantos@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Apesar da forte relação que permeia a tríade conhecimento, comunicação e ação, é inegável a importância ética que deve ser dada ao processo de sua construção, sobretudo quando se considera a dinâmica do mundo interpretativo do sujeito cognoscente (Gomes, 2011). No que tange à construção de trabalhos científicos, a academia orienta seus agentes a adotarem uma perspectiva ética e consciente. Contudo, muitas são as ações que vão de encontro a esta prática.

A maioria das pessoas aprende normas e condutas éticas nos ambientes do seu convívio social desde a infância, contudo o desenvolvimento moral acontece ao longo da vida e os indivíduos perpassam por diversos estágios até atingirem satisfatório nível de maturidade. As normas e práticas éticas são tão ambíguas que uma pode se sobrepor a outra a partir do senso comum (Resnik, 2013).

Alicerçado em perspectiva qualitativa, este estudo busca verificar práticas de criação e disseminação do saber acadêmico voltadas à formação do pesquisador em Administração, a partir da percepção de alunos e professores de um programa de pós-graduação de uma instituição federal de ensino superior, no Estado de Pernambuco. Tal objetivo visa a responder à questão de pesquisa: “Como o senso comum no ambiente de estudo tem orientado as práticas acadêmicas numa perspectiva ética no âmbito *stricto sensu* da Pós-Graduação em Administração”? A estratégia metodológica ancora-se na aplicação de questionários semiestruturados na comunidade acadêmica diretamente envolvida para posterior análise de conteúdo.

O pesquisador tem por rotina o enfrentamento do desafio da autorreflexão e do exercício crítico acerca dos seus objetos de estudo, bem como no que diz respeito aos referenciais por ele anteriormente produzidos e sobre seu relacionamento com estes fatores. Tal desafio também convida os pesquisadores a refletir sobre os impactos provenientes do conhecimento construído socialmente e do conhecimento potencial (Gomes, 2011). Nesta perspectiva, este estudo se justifica pela necessidade latente de ampliar discussões científicas dos fatores que permeiam esta autorreflexão da aplicação crítica da teoria.

A relevância teórica desta pesquisa está associada à contribuição que seus resultados podem subsidiar os desdobramentos da ética nas práticas acadêmicas voltadas à formação do pesquisador em Administração, a partir do entendimento do senso comum voltado a ações epistemológicas, bem como à ampliação da discussão científica de alguns termos técnicos inerentes à construção, registro e publicação do conhecimento adquirido durante esta formação.

Sob a ótica pragmática, a relevância do estudo está ancorada na possibilidade de promoção e ampliação reflexiva de discussões paradigmáticas que concorram para maior entendimento e incorporação ontológica da ética nas práticas acadêmicas, sobretudo durante o processo de formação do pesquisador.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A formação do pesquisador

Ao analisar o papel social das instituições de ensino superior, identifica-se como função básica o ensino, a pesquisa e a extensão (Paula & Mendonça, 2014). Se, de um lado a pesquisa aparece como atividade essencial ao cumprimento da necessidade de criação e difusão do conhecimento, do outro percebe-se no processo de formação do pesquisador, diversas lacunas.

Segundo Pardo (2011), a pesquisa favorece a geração de novos conhecimentos e a elaboração de tecnologias cientificamente fundamentadas que, em sua essência, devem responder a necessidades de diversas áreas de atuação do homem. Diferente das graduações que, por essência, formam profissionais, a função de formar pesquisadores plana nas pós-graduações *stricto sensu*. Proposição corroborada por Pinto e Martins (2009, p.1) quando afirmam que “a maior finalidade dos Programas de Mestrado e Doutorado, no Brasil, é a formação de pesquisadores”. Segundo Gatti (1987) as pós-graduações *stricto sensu* foram criadas na década de 80, todavia, não havia na época estrutura que desse suporte ou mesmo capital humano suficiente e preparado para formar pesquisadores.

A formação de um pesquisador é um processo complexo, rigoroso e, de acordo com Pinto e Martins (2009), algo contínuo, por se tratar de investigação de uma complexa prática social que requer interlocução permanente com os avanços das ciências. Em Administração também se percebe a discussão sobre a cientificidade da ciência e o rigor na construção do conhecimento, o que reverbera diretamente no processo de formação do pesquisador em Administração. No processo de construção do conhecimento científico em Administração, Cardoso (2015, p.100) aponta a “necessidade de alinhamento entre pesquisadores e avaliadores quanto aos critérios de avaliação da produção acadêmica que prezem pela qualidade, consistência, coerência e relevância de contribuições teóricas e práticas”.

Voltando ao processo de formação em pesquisa, identificam-se ações de avaliação dos programas de pós-graduação em órgão de regulamentação como a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Todavia, tal esforço pauta-se em elementos extremamente quantitativos para mensuração da produção em pesquisa.

Mensurar a qualidade da produção científica em Administração não é tarefa das mais simples, ressalta-se aqui o trabalho realizado por Bertero, Caldas e Wood (1999) analisando a produção nas diversas áreas da Administração. O estudo denota a fragilidade que há na produção nacional com culto ao estrangeirismo, baixa originalidade e poucas contribuições práticas. Os autores indicam que, uma das possíveis causas para esses problemas de qualidade na construção do conhecimento em Administração é a origem de tal material, de programas de pós-graduação *stricto sensu* com suas estruturas e calendários.

Ao analisar no processo científico a formação do pesquisador em Administração e buscando suplantar dificuldades na qualidade do conhecimento gerado na mesma, Cardoso (2015) identifica sete problemas nas pesquisas associados a: 1) descasamento entre qualidade e quantidade, 2) questões metodológicas, 3) base epistemológica funcionalista, 4) predominância de estudos exploratórios e descritivos, 5) predominância de literatura estrangeira, 6) concentração regional e 7) reduzida coautoria entre aluno-professor. Já em relação às fragilidades nas pesquisas, estas estão associadas a: 1) reduzidas contribuições práticas, 2) trabalhos que não se tornam referência para a área, 3) diferenças de prioridades, 4) relegar a realidade empírica brasileira como fonte de pesquisa, 5) dificuldade de criação de linhas paradigmáticas com tradição brasileira, 6) não revelar detalhada revisão literária e 7) reduzida originalidade.

Por uma perspectiva mais instrumental, a partir do mapeamento dos problemas e das fragilidades identificadas nos trabalhos analisados sobre a qualidade da geração do conhecimento e da formação do pesquisador em Administração, Cardoso (2015) sugere que as principais iniciativas que podem ser adotadas para melhorar o desenvolvimento das pesquisas por meio da formação do pesquisador são: rigor metodológico, ampliação paradigmática, estudos explicativos, uso de literatura local, ampliação dos grupos de pesquisa e alinhamento da teoria-prática.

Para fins desta pesquisa, às iniciativas mencionadas acrescenta-se a necessidade de incluir elementos éticos. Tendo em vista os pressupostos éticos influenciarem todas as iniciativas para desenvolvimento do processo científico, não será incluída uma nova caixa, mas deve ser considerada em cada uma das iniciativas identificadas.

2.2 Pesquisas científicas *versus* questões éticas

As discussões sobre questões éticas na produção científica voltadas às ciências da Administração e áreas afins, apesar de ainda serem ínfimas no Brasil, têm sido impulsionadas pontualmente e gradativamente nos programas de pós-graduação *stricto sensu* em todo o País (Russo, 2014).

Tais demandas surgiram a partir da lacuna normativa voltada à ausência de registro que regulamentasse especificamente as condutas de comportamento ético de indivíduos no ambiente acadêmico e aumentam à medida que se verificam práticas de violação da ética no referido ambiente e, em virtude disso, ampliam os debates acerca das condutas que devem os pesquisadores assumir ao elaborar e divulgar suas produções científicas no formato de publicação (Russo, 2014).

Nesse sentido, apesar de passarem a ser preocupação no mundo há algumas décadas, as discussões voltadas a questões éticas na produção científica no Brasil foram estimuladas com alicerce na publicação do código de ética e conduta científica apresentado em 2012 pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e acompanhado pela divulgação do Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) em congressos ocorridos no Brasil em 2011 e 2012 (Russo, 2014).

O termo “violação ética” na pesquisa científica pode ser abordado a partir de, pelo menos, dois aspectos: descumprimento dos direitos autorais, em sentido mais amplo; e plágio, em sentido mais restrito. Apesar de muitas vezes haver confusão ou conflito na interpretação e conceituação dessas expressões, há distinção entre elas, mas ambas são consideradas elementos constitutivos de violação à ética na produção acadêmica (Sharp, 2003).

Os direitos autorais são um conceito jurídico voltado à proteção de trabalhos originais de autoria, de maneira tangível, cuja intenção é incentivar a produção das obras e, ao mesmo tempo, limitar tais direitos para permitir o trânsito livre de ideias, de modo a contribuir para o desenvolvimento da sociedade (Committee of Publication Ethics [COPE], 2012). As infrações aos direitos autorais são, portanto, ofensas legais cujas punições são previstas e determinadas a partir da legislação específica (Lei n. 9.610, 1998). Tal ilícito já estava previsto no artigo 184 do Código Penal Brasileiro, que prevê sanções civis (reparação pública e indenização pecuniária) e penais (desde pagamento de multas, até quatro anos de encarceramento) (Brasil, 2011).

O plágio, por seu turno, é considerado uma ofensa prevista no mesmo escopo jurídico supracitado, ou seja, é conceituado como uma das ramificações das infrações aos direitos autorais e pode gerar, além das sanções descritas, punições administrativas, resultando em reprovação e até desligamento da instituição de ensino, para a condição de estudantes e, nas categorias de docente e pesquisador, poderá ser o indivíduo passível de demissão (Brasil, 2011). As diretrizes, para o caso de sanções administrativas, são geralmente determinadas pela comunidade acadêmica e as punições para as infrações podem variar de acordo com normativas de cada instituição acadêmica (Sharp, 2003).

A sobreposição de publicações é outra prática que, frequentemente, se torna problemática para editores dos periódicos científicos resolverem e pode ser classificada em quatro categorias: submissão duplicada (submissão simultânea do mesmo artigo em mais de um periódico), publicação duplicada (publicação secundária do mesmo artigo em outro periódico), submissões concorrentes (mesma pesquisa, mesmo artigo, resultados distintos) (Gollogly & Momen, 2006). Há também as publicações irmãs (também conhecida como *salami science*, que diz respeito a trabalhos relacionados, resultados divididos em diversos manuscritos, submetidos a distintos periódicos, mas com nenhuma *cross citation*). Todas estas práticas vão de encontro aos preceitos éticos que devem estar associados às pesquisas e têm sido debatidas amplamente em todo o mundo (Gollogly & Momen, 2006).

Além disso, as violações éticas no ambiente acadêmico estão aliadas a práticas duvidosas, tais como: a) fazer referência e utilizar questionários publicados ou informações da internet sem a permissão do autor; b) publicar artigos e levar todos os créditos sem mencionar os outros participantes; ou c) copiar parágrafos de publicações sem mencionar as devidas fontes. Tais práticas possuem relação direta com o que é conhecido por plágio.

A violação da ética na academia pode também estar relacionada aos critérios de avaliação institucional e profissional docente das universidades estabelecidos pelo Ministério da Educação, cujo desempenho está associado, dentre outros fatores, ao nível de produção científica desenvolvida em termos de quantidade.

Outra prática de violação ética diz respeito ao fato do pesquisador ser tentado a criar dados para ter “descobertas surpreendentes”, publicar resultados e impressionar outros pesquisadores da área (Roberts, 2002). Em pesquisas sobre ética e integridade na ciência, verificou-se que tal critério de produtividade passou a ser fator orientador das vantagens no que se refere à promoção acadêmica, inclusive de aquisição de financiamentos para pesquisas. Tal competitividade de quantidade de produção entre pesquisadores para a aquisição de financiamentos de pesquisa influenciou o comportamento acadêmico ao longo do curto período de tempo, promovendo resultados prejudiciais ao aspecto ético na academia (Russo, 2014). Por conta disso, foram criados em universidades de todo

o mundo comitês e dossiês de integridade e códigos de ética, cuja existência nas instituições é condição para a conquista de financiamento de pesquisas. Contudo, tais práticas não foram ainda suficientes para dirimir as ações que vão de encontro às condutas éticas científicas e as dúvidas voltadas ao tema, muitas vezes, persistem.

As fraudes no ambiente de produção e publicação intelectual são datadas de muito tempo atrás, porém eram considerados atos isolados. Contudo, os comportamentos desonestos foram facilitados pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação e, conseqüentemente, do progresso dos mecanismos de busca disponíveis na internet (Johnson & Martin, 2005; Sanchez & Innarelli, 2012).

Além disso, Chen, Mocker, Preston e Teubner (2010), ao estudarem a percepção que alunos de graduação possuem sobre violações éticas, confirmam que há relação entre a cognição de alunos e níveis de violação ética dos professores e seus pares, sendo estes últimos os agentes influenciadores do comportamento ético acadêmico dos estudantes. Nesse sentido, Russo (2014) traz a discussão de responsabilidade como um dos valores a serem adotados na pesquisa científica, cuja coletividade de pesquisadores deveria assumi-la e envolver a sociedade na promoção de discussões sobre violação da ética no ambiente acadêmico, tendo em vista tais práticas terem impacto negativo imediato no meio social.

No que diz respeito a valores éticos, estes estão associados a ideais ou padrões estabelecidos para direcionar o comportamento dos indivíduos (Lombardo, 2009). Nessa perspectiva, além de responsabilidade, outros valores podem ser associados ao comportamento ético na pesquisa como, por exemplo, anticorrupção, segurança da informação, propriedade intelectual, autocontrole, justiça, integridade, honestidade, autenticidade, verdade, busca pela excelência, consciência social, dentre outros.

Lombardo (2009) apresenta alguns valores e virtudes-chaves voltados à formação acadêmica, quais sejam: aprendizagem, o ato de pensar, integridade, honestidade, crescimento e excelência. Assim, se somados, resultariam nos valores caracterizadores de prática ética favorável à conduta dos formandos. O autor sugere que educadores, sem distinção de nível acadêmico para o qual prestam seus serviços, encorajem seus alunos a possuir e desenvolver bem esses valores e virtudes-chaves.

Há valores e virtudes-chaves essenciais que, se apresentados e praticados pelos acadêmicos resultarão em excelência e sucesso. São considerados, portanto, *pursuit of excellence, self-responsability, accountability*, verdade, honestidade, integridade e autenticidade, justiça, amor à aprendizagem, ao pensamento e ao conhecimento, curiosidade, disciplina e determinação, otimismo, consciência social e respeito mútuo, sabedoria e aplicação ética do conhecimento da vida (Lombardo, 2009).

2.3 O plágio e seus desdobramentos

A partir da década de 1980, a medida da produtividade das instituições de pesquisa passa a ter uma perspectiva mais quantitativa com o uso do número de publicações como indicador de promoção acadêmica e obtenção de financiamentos às pesquisas. Isso produz a obsessão pela avaliação quantitativa da produção científica e, como consequência, o aumento da fragmentação das publicações científicas e a ruína do comportamento ético entre pesquisadores. As fraudes não são fruto apenas da pressão sobre pesquisadores, mas também do meio acadêmico em que lhe é favorável, segundo Russo (2012, p.194), devido a interesses como "o medo do escândalo, a proteção de poderosos, os jogos de relação, as redes sociais de proteção repartida pela coletividade", trazendo um descompasso aos que não pactuam com essa convenção social o que os torna perturbadores do sistema.

Surgem questionamentos sobre a eficiência do controle da própria Academia sobre a integridade de suas pesquisas e do proceder de seus pesquisadores, atribuindo-se a jovens pesquisadores, ainda no processo de sociabilização das normas acadêmicas, o grande número de casos de fraudes em trabalhos publicados em periódicos em todo o mundo; no entanto, esse problema é enfrentado em diferentes níveis e tipos de pesquisadores (Martin, 2013). As discussões éticas relacionadas à pesquisa

científica no Brasil tiveram *a priori* as questões de saúde, mais precisamente o bem-estar dos sujeitos de pesquisa (pessoas e animais).

Recentemente, órgãos de fomento brasileiro, como o CNPQ e a CAPES, vêm se preocupando com as boas práticas científicas e a verificação de fraudes a partir da tríade fabricar, falsificar e plagiar (FFP) (Instituto Bioética, 2016; Pithan & Oliveira, 2013). Essa tríade FFP tem por base: a Fabricação pelo ato de inventar os itens da pesquisa; a Falsificação pelo ato de modificar os dados, arranjando-os para se adaptarem às necessidades do pesquisador e à garantia de sua hipótese; e o Plágio com o ato de copiar sem referenciar a fonte consultada (Russo, 2012).

A FFP ocorre com recorrência devido à ausência de indicadores de qualidade na construção do produto intelectual escrito por meio de citações de outros autores, como o rigor científico, linguagem e normas técnicas, e orientação institucional (H. H. L. Gonçalves, Noldin, & C. C. O. Gonçalves, 2011). Conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (2002, p.1), citação é a "menção de uma informação extraída de outra fonte", podendo ser direta (com repetição textual de parte da obra consultada) e indireta (texto escrito a partir do entendimento das ideias do autor consultado).

Em geral, as citações de um texto são livres, ou seja, o autor desenvolve o texto a partir de seu julgamento de pertinência ao assunto e alinhamento com a originalidade da ideia; no entanto, Martin (2013) chama atenção para uma prática abusiva de alguns editores de periódicos: a *coercive citation* (citação coercitiva), que é a exigência de editores, à efetiva publicação do artigo, para que os autores façam referências a trabalhos publicados em seus periódicos, aumentando assim, o desempenho e a notoriedade da revista.

Outros aspectos são questionáveis na prática da citação. O primeiro é a *cross citation* (citação cruzada) na qual o escritor do texto cita obras de autores colegas com algum tipo de interesse para garantir melhor desempenho para ambos. As *cross citation* parecem existir na intenção do favorecimento de periódicos, já que sua definição está relacionada à prática comum de a revista científica A citar o periódico B e vice-versa na intenção de aumentarem seus fatores de impacto. O segundo é o denominado *over citation*, que é a construção de um texto com parágrafos com muitas referências simultâneas, dando a ideia de que todos os autores partilham na íntegra dos conteúdos ou ideias desenvolvidas.

Além desses, observa-se com grande intensidade na Academia a *self-citation* ou a prática de um autor fazer referência a seus trabalhos anteriores. Alguns autores argumentam que há muito poucas diferenças entre motivações que autores têm para citar trabalhos próprios e para citar trabalhos de terceiros e complementam que há motivos intelectuais que justificam tais diferenças (Bonzi & Snyder, 1991). A *self-citation* é justificada por alguns autores como instrumentos de aperfeiçoamentos teóricos, evitando-se que repetições sejam feitas desnecessariamente, no sentido de ampliar, modificar ou corrigir achados publicados anteriormente (Tagliacozzo, 1977).

Contudo, muitas vezes, esse tipo de citação não busca apenas o aperfeiçoamento teórico do trabalho, mas sim a promoção da produção científica do autor em eventos acadêmicos e publicações definitivas em periódicos especializados. Nesse sentido, o *self-citation* é utilizado também como instrumento intermediador entre argumentos de um mesmo autor em publicações distintas, mas que pode ser considerado problemática em termos éticos (Hyland, 2003). A ocorrência de tal prática de modo excessivo é interpretada pela academia internacional como um comportamento inadequado e não ético, influenciando de forma não positiva novos pesquisadores quando mostra que tal prática é comum e aceita (CPE, 2012). De todo modo, apesar de ser considerada violação ética, a *self-citation* é diferente da fraude de plágio, pois nela há a referência da autoria no texto citado; já no plágio isso não ocorre.

O plágio, que tem sua origem atrelada à antiga lei romana referindo-se ao crime de sequestro de pessoas para escravidão, posteriormente foi associado à apresentação de trabalho alheio como próprio (Manso, 1987; Krokosz, 2011), indicando a violação de direito autoral a partir de um ato de má intenção o qual compromete a garantia da propriedade intelectual e dos direitos econômicos sobre produtos e serviços resultantes (H. H. L. Gonçalves, 2011).

O plágio é definido como sendo a reprodução integral ou parcial de uma propriedade intelectual e/ou artística, assumindo a autoria por trabalho de outrem (Barbasfano & Souza, 2007). Para Martin (2013), plágio é a cópia individual ou combinada de ideias, dados ou texto sem autorização ou conhecimento prévio, sendo a mais comum de partes ou seções substanciais do trabalho. Pithan e Oliveira (2013) fazem um resgate conceitual sobre plágio, tendo como "pano de fundo" para a apropriação intelectual o plágio de ideias falseadas ou apropriadas indevidamente por outros. Os autores trazem a definição de plágio adotado por instituições americanas de fomento à pesquisa, como a National Academy of Science, a National Science Foundation e os National Institute of Health: apropriar-se das ideias, procedimentos, resultados ou palavras de outra pessoa sem dar o devido crédito.

Instituições europeias, como a Inter Academy Panel on International Issues, a European Science Foundation, as Universities UK e os Research Councils UK, entendem plágio como sendo a apropriação indevida ou uso de material (ideia, resultado, palavra ou expressão), propriedade intelectual ou trabalho (escrito, impresso ou digital), sem, contudo, dar o devido crédito, conhecimento ou permissão do seu autor (Instituto Bioética, 2016; Pithan & Oliveira, 2013).

No Brasil, em suas Diretrizes Básicas para a Integridade Científica de 2011, o CNPQ (2015, p.4) define plágio como sendo:

Apresentação, como se fosse de sua autoria, de resultados ou conclusões anteriormente obtidas por outro autor, bem como de textos integrais ou de parte substancial de textos alheios sem os cuidados detalhados nas Diretrizes. Comete igualmente plágio quem se utiliza de ideias ou dados obtidos em análises de projetos ou manuscritos não publicados aos quais teve acesso como consultor, revisor, editor ou assemelhado.

Meuschke e Gipp (2013) não caracterizam o plágio enquanto roubo literário ou apropriação indevida deliberada, uma vez que ele pode ser não intencional, deixando, por exemplo, de reconhecer corretamente uma fonte, ou ser autoplágio, como também o plagiador pode ter o consentimento do autor do texto, em um trabalho colaborativo, e não fazer a devida citação da sua autoria. Em seu argumento teórico, Krokosz (2011) traz as seguintes abordagens ao entendimento da prática do plágio: a capacidade intuitiva de diagnosticá-lo; a psicanálise direcionada à identidade (cleptomania intelectual) do plagiador; a sua incapacidade ou limitação pessoal de produzir seu próprio texto; e a ausência da ética, estando relacionada à propriedade intelectual e virtual.

Sobre a ausência da ética, merecem destaque o debate proposto por H. H. L. Gonçalves, Noldin e C. C. O. Gonçalves (2011) acerca da questão do plágio sob a ótica legislativa no tocante à criminalização do plágio e da violação de direitos autorais. Além dos aspectos éticos, a análise dos fatores antecedentes que influenciam a atitude relacionada ao plágio perpassa pelo posicionamento moral do indivíduo, pelas normas sociais subjetivas, por aspectos situacionais, como a possibilidade de punição; o não entendimento conceitual de plágio; a facilidade do uso de ferramentas de acesso a informações virtuais; a pressão sobre o aluno por resultados e produção acadêmica; a expectativa de valor positiva com ganhos com a prática de plágio (Inarelli, Sanches, Cappellozza, & Albertin, 2011). Outros aspectos situacionais: a ausência de criticidade ideológica e textual; a pouca valorização dos alunos em relação aos próprios trabalhos; a confusão sobre a propriedade dos conteúdos na internet; o incentivo indireto ao plágio como pesquisa "recorte e colagem" de figuras de jornais e revistas no ensino fundamental; a facilidade de acesso a programas de tradução linguística; o desconhecimento das leis e regulamentos vigentes; e as deficiências do escrever e parafrasear (Barbasfano & Souza, 2007).

Na prática, circulam muitas dúvidas sobre o que de fato é plágio, principalmente entre jovens pesquisadores que, muitas vezes, tratam conteúdos oriundos da internet como "livres" sem quaisquer necessidades de referência de autoria, uma vez que sua consulta é pública e aberta (H. H. L. Gonçalves et al., 2011). A Figura 1 apresenta algumas definições e tipos de plágio usuais.

Tipo	Definição	Autores
Plágio Literal	Cópia integral do texto de outra fonte.	McCuen (2008)
		Inarelli et al. (2011, p.4)
Autoplágio	"Quando um indivíduo utiliza, para publicação ou para a entrega de um trabalho, um estudo já utilizado anteriormente, mas que foi somente redigido de outra forma".	McCuen (2008)
	"Cópia de passagens ou de textos inteiros do próprio pesquisador (autor) que, após realização de divulgação de seu material em revista especializada, com caráter de divulgação científica, se autocita".	Inarelli et al. (2011, p.4)
	"Cópia de passagens ou de textos inteiros do próprio pesquisador (autor) que, após realização de divulgação de seu material em revista especializada, com caráter de divulgação científica, se autocita".	H. H. L. Gonçalves, Noldin, & C. C. O. Gonçalves (2011, p.5)
	Prática de um autor reproduzir o mesmo texto, ideia, dados, resultados e outros em outro artigo de igual autoria.	Martin (2013)
	Uso total ou parcial de textos próprios publicados, sejam originais ou atualizados.	Meuschke e Gipp (2013)
	"Consiste na apresentação total ou parcial de textos já publicados pelo mesmo autor, sem as devidas referências aos trabalhos anteriores".	CNPQ (2015, p.4)
Dupla Publicação	Trabalhos de semelhante teor textual submetidos ou publicados em periódicos distintos.	McCuen (2008)
		Inarelli et al. (2011, p.4)
Plágio Disfarçado	Esconder o texto com: pequenos ajustes para dar coerência (mudança de palavras, sinônimos, acrescentar ou excluir palavras de "enchimento"), paráfrase (reescrita intencional sem reconhecimento da fonte) ou exploração das fraquezas das técnicas de detecção, tornando o conteúdo plagiado indetectável.	Meuschke e Gipp (2013)
Plágio de Tradução	Conversão de texto da língua original para outra, suprimindo a fonte.	Meuschke e Gipp (2013)
Plágio de Concepção	Uso de conceitos mais amplos, abordagens, estruturas argumentativas.	Meuschke e Gipp (2013)
Fragmentação de Dados	<i>Salami-publishing</i> ou divisão de um estudo maior (banco de dados, pesquisa, experiência, projeto etc.) em unidades publicáveis (artigos efetivos).	Martin (2013)
Autoria "Fantasma"	Ao se incluir o nome de um indivíduo em um trabalho sem, contudo, o mesmo contribuir significativamente com o seu desenvolvimento, sendo recompensado sem esforço.	McCuen (2008)
		Inarelli et al. (2011, p.4)

Figura 1 - Tipos e definições sobre plágio

O plágio pode se manifestar como *salami publishing* ou fragmentação de um estudo maior para aumentar a quantidade de artigos em publicações definitivas (Martin, 2013). A publicação definitiva em revistas científicas possui credibilidade por ser um arquivo que contém o testemunho íntegro sobre uma observação, pensamento ou invento (Vasconcelos, Leta, Costa, Pinto, & Sorenson, 2009; Instituto Bioética, 2016; Pithan & Oliveira, 2013).

Muitas vezes, a fragmentação de um estudo resulta na redundância ou duplicação de publicações, pois essa é a existência de trabalhos publicados, simultâneos ou não, de um mesmo autor. E essa redundância pode ocasionar o autoplágio pela prática de um autor reproduzir o mesmo material em outros trabalhos, sem fazer a devida referência ao trabalho original, colocando em xeque a originalidade e o ineditismo do trabalho mais recente (Martin, 2013).

Em seu artigo, Bretag e Mahmud (2009) discutem o autoplágio e distinguem a conveniência da reutilização de textos em publicações, alegando que não há consenso claro sobre o que constitui uma investigação original. Muitos autores entendem que, grandes seções copiadas do seu próprio texto, inclusive com resultados e conclusão idênticas, sem a devida referência da publicação, é uma fraude.

Outros acreditam ser aceitável essa prática, desde que o autor seja transparente e exponha a ausência de ineditismo do trabalho, podendo o mesmo ser submetido para dois ou três eventos acadêmicos, no intuito de buscar pelo menos duas publicações definitivas em periódicos. É interessante para Bretag e Mahmud (2009) que existam diretrizes que diferenciem o reuso textual legítimo e o autoplágio, como por exemplo, o uso de até 10% de texto já publicado, abarcando uma nova ideia e a revisão sistemática do texto, pois a nova análise resulta em outro artigo original. Lembrando-se que, para ser configurado como autoplágio, é necessário haver uma publicação

considerada "definitiva", em periódicos e livros, pois a simples reescrita de fragmentos textuais de autoria própria, aplicados a pesquisas com temáticas semelhantes ou que seguem a mesma linha de pensamento, não configura plágio sem a publicação efetiva (H. H. L. Gonçalves et al., 2011).

Como forma de combate ao plágio, Krokosz (2011) propôs medidas a partir dos seguintes agrupamentos: medidas institucionais, preventivas, diagnósticas e corretivas. As medidas institucionais são *hotsite* e política institucional com conteúdo sobre plágio, divulgação de regras e normas, disponibilização de guias, manuais e/ou documentos oficiais sobre o assunto, e comissão de integridade acadêmica, comitê disciplinar, sindicância e outros.

As medidas preventivas relacionadas são orientação para esclarecimento de aspectos éticos na comunidade acadêmica e da má qualificação dos profissionais que praticam essas ações desonestas. Também material e links de aprofundamento sobre o assunto, capacitação instrumental (cursos, atividades, exercícios, abordagem disciplinar, elaboração e orientação para trabalhos acadêmicos), formação por valores éticos e divulgação de regras, inclusive com a inclusão da temática do direito autoral nas disciplinas de metodologia de pesquisa e projeto final, mudança no processo de avaliação pela construção do trabalho final, com maior detalhamento na correção das partes do trabalho, desde os fichamentos até a identificação da variação de padrões textuais (Barbasfano & Souza, 2007; Krokosz, 2011; Veludo-De-Oliveira, Aguiar, Queiroz, & Barrichello, 2014).

As formas de diagnósticos estabelecidos são a disponibilização e utilização de sites e *softwares* de detecção do plágio. Por fim, as medidas corretivas passam pela descrição do plágio nos códigos de honra ou de ética institucionais e a penalização (advertência, suspensão, expulsão e outros) (Barbasfano & Souza, 2007; Krokosz, 2011; Veludo-De-Oliveira et al., 2014).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se por ter abordagem mista, já que os objetivos da investigação se apoiam tanto em método quantitativo como qualitativo. Esta pesquisa é também caracterizada como descritiva e interpretativa (Vergara, 2009; Lopes, 2006). Segundo Godoy (1995), a natureza descritiva possibilita um relato detalhado de um fenômeno social, envolvendo a configuração, a estrutura, as atividades e o relacionamento com outros fenômenos. Para Denzin e Lincoln (2000) toda pesquisa é interpretativa. Na natureza interpretativa buscam-se encontrar padrões nos dados empíricos coletados no campo e desenvolver categorias que possibilitem relacionar, ilustrar, confirmar ou opor-se a suposições.

P. A. Adler e P. Adler (1994) propuseram que a primeira tarefa da pesquisa de campo seja selecionar o ambiente. Quanto ao local e sujeitos este estudo tem como limite para sua aplicação o Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O PROPAD é composto por 30 docentes e, aproximadamente, 120 discentes. Para fins desta pesquisa a equipe de apoio administrativo não foi contabilizada. Foi utilizado o critério de acessibilidade para a coleta de dados, sendo considerada, então, uma amostra não probabilística, por não ser baseada em procedimentos estatísticos para a escolha dos sujeitos (Vergara & Ferreira, 2005; Vergara, 2009). O convite para responder à pesquisa foi enviado por e-mail pelos pesquisadores e continha, além de informações básicas, o link para o formulário eletrônico disponibilizado por meio de ferramenta de pesquisa do GOOGLE. No total obteve-se como retorno 47 formulários, sendo três respondidos por docentes e os outros 44 por discentes, o que representa 10% dos docentes e 37% dos discentes.

Na tabulação dos dados, para fins de análise, cada respondente foi identificado pela letra R seguida de um número ordinal atribuído de acordo com a ordem de resposta. Na interpretação dos dados utilizou-se de estatística descritiva, predominando para a maioria das perguntas a análise de conteúdo dos dados, agrupando os temas recorrentes segundo sua semelhança e significado. De acordo com Godoy (1995), esta é uma das técnicas mais utilizadas para a codificação, a qual pode ser aplicada a discursos diversos e a várias formas de comunicação.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 Perfil Sociodemográfico

A pesquisa foi realizada de forma on-line, no mês de julho de 2015 e obteve um total de 47 respondentes. Quanto ao perfil sociodemográfico, 82% dos respondentes possuem entre 20-40 anos, conforme ilustra a Tabela 1. Dentre os respondentes apenas 20% não possuem formação em Mestrado, denotando que a maioria dos respondentes tem vivência na pós-graduação *stricto sensu* e, conseqüentemente, um conhecimento prévio de métodos de pesquisa.

Tabela 1 - Dados Sociodemográficos - Faixa etária e formação

Opções	Quantidade	%	Opções	Quantidade	%
Entre 20 e 30 anos	19	41%	Graduação	6	14%
Entre 30 e 40 anos	19	41%	Especialização	3	6%
Entre 40 e 50 anos	6	14%	Mestrado	34	74%
Entre 50 e 60 anos	2	4%	Doutorado	3	6%
Total	46		Total	46	
*vazio	1		*vazio	1	

Ao analisar o gênero dos respondentes, percebe-se uma distribuição equilibrada, na qual 59% são do gênero masculino e 41% do feminino (Tabela 2). Em relação ao tipo de respondentes no Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE, a maior concentração foi de discentes com 94% contra 6% de docentes. Dos discentes, 74% são doutorandos e 20% mestrandos, o que evidencia para fins de análise, maior maturidade em processos de pesquisa e criação de conhecimento.

Tabela 2 - Dados Sociodemográficos - Gênero e posição

Opções	Quantidade	%	Opções	Quantidade	%
Masculino	27	59%	Docente	3	6%
Feminino	19	41%	Mestrando	9	20%
			Doutorando	34	74%
Total	46		Total	46	
*vazio			*vazio		

4.2 A ética no ambiente da instituição de ensino pesquisada

Sobre o questionamento da importância ética no ambiente acadêmico e como fazê-la ser praticada, identificou-se que 17% não responderam, o que mostra um possível desconhecimento dos investigados e/ou uma falta de conforto ou de reflexão para abordar a temática. Há um consenso entre os respondentes da relevância da observância da ética na realização das ações no ambiente acadêmico, ampliando suas afirmações para a correlação e o imbricamento de todas as dimensões da vida social.

Aborda-se a importância da ética na pesquisa na garantia da integridade para os participantes e destinatários da mesma e nos ganhos diretos e indiretos que comportamentos socialmente aceitáveis podem trazer para uma coletividade. Como praticá-la é colocado como algo difícil, multifacetado e complexo de se estruturar.

Dentre elas, emergem reflexões sobre os comportamentos aceitáveis em pesquisa, a reflexão sobre os usos dos resultados da pesquisa e a que grupos tais pesquisas representam: os efeitos dos impactos dos resultados das pesquisas; inclusão nas estruturas curriculares de disciplinas que discutam valores éticos em pesquisa; garantia do sigilo e da confidencialidade; e atitude baseada no comportamento docente e, além disso, na interação dos colegas de turma uns com os outros. Para os casos envolvendo aqueles que não atuam sob a égide de elementos éticos, rompendo com os padrões aceitos, os

respondentes sugeriram ações como: a punição para inibir as práticas; a criação de mecanismos de controle para identificar desvios éticos; e a exposição dos casos.

Por outro lado, 94% dos respondentes concordam que as práticas docentes influenciam o comportamento ético dos discentes, assim como 90% concordam que o ambiente acadêmico também influencia na formação ética dos alunos, registrando-se 5% de discordância e 5% de sentimento de indiferença para tal afirmativa. Sobre o nível de influência da tecnologia no processo de fraude em produção acadêmica, 68% considerou a influência alta, 6% baixa e 23% indiferente, 2% não respondeu.

4.3 Práticas no desenvolvimento de artigos científicos

Com relação a aspectos questionáveis na prática da citação textual de obras e sua autoria em artigos científicos, considerando-se o público que participou da pesquisa, foram esperadas respostas mais assertivas sobre a expressão *cross citation*, pois 47% dos respondentes afirmaram não conhecer ou entender a expressão, sendo que um docente participa desse percentual, e 22% deram respostas incipientes, como, por exemplo, R24: "um meio de levar vantagem. Acho péssimo" e (R39): "natural nos dias atuais".

Ressalta-se que, dois respondentes confundiram o *cross-citation* com o autoplágio em suas declarações e apenas quatro discentes construíram em suas respostas certa definição da expressão, representados pela afirmativa de R42: "é a prática de troca de favores em que duas ou mais pessoas referenciam-se mutuamente a fim de aumentar sua representatividade no mundo acadêmico. Acho que é uma atitude que fere princípios éticos na academia".

Ao se correlacionar as respostas referentes ao entendimento ou opinião dos participantes a respeito de *cross-citation* e à exemplificação de suas práticas de construção textual de artigos, percebeu-se que, embora boa parte dos respondentes tenha informado não saber do que se tratava a expressão, 55% dos respondentes afirmaram ter a prática de executá-la, enquanto 43% afirmaram não realizar tal prática, 2% não responderam.

Quanto à *over-citation*, ao outro aspecto discutido no referencial teórico, 80% dos respondentes afirmaram desconhecer essa expressão. Dentre as dez respostas mais relacionadas, uma confunde a expressão com autoplágio, outra desenvolve certa explicação, a saber: "imagino que o termo se refira ao uso demorado de citações em um único trabalho. Acredito que qualquer citação não pertinente é dispensável" (R25), e 3 questionam se o aprofundamento teórico e a robustez do trabalho devem ser avaliados pelo excesso de citações no texto. Mesmo informando desconhecer a expressão, no questionamento sobre a exemplificação da prática de *over citation*, o qual faz menção ao uso de muitas citações de autores diferentes, unindo as ideias do autor-escritor no mesmo parágrafo, 51% dos respondentes informaram utilizar muitas citações de autores diferentes, unindo as ideias ao final de um mesmo parágrafo.

Sobre a prática de *self-citation*, questionou-se ao respondente se, ao elaborar um artigo, o mesmo utiliza nas referências outros trabalhos de autoria própria já publicados. De acordo com as respostas, 70% informou que realiza essa prática, concordando com os preceitos de Tagliacozzo (1977) e Hyland (2003), contra 30% que informou não utilizar trechos de suas obras já publicadas, referenciando-as normativamente em novos trabalhos, o que sustenta o pressuposto do Committee of Publication Ethics (2012).

Quando questionados sobre o seu entendimento de plágio, as respostas dos participantes se mostraram equilibradas entre o ato ou prática do plágio em si e à apropriação indevida de ideias ou trabalhos. Cinquenta e três (53%) das respostas concentraram-se em práticas relacionadas ao ato de plagiar, como utilizar, copiar, reproduzir e citar partes de textos, conforme os pressupostos de Barbasfano e Souza (2007). Isso é visto nas respostas dos discentes R23 e R29, respectivamente: "a cópia deliberada e intencional de parte de ideias próprias ou alheias sem a devida referência" e a "utilização de textos e/ou reflexões de outros autores sem dar o devido reconhecimento ao autor que originou o conhecimento".

Vale salientar as duas respostas de docentes que corroboraram essa afirmativa: "cópia literal da ideia ou texto de outra pessoa sem citar a fonte" (R35) e "uso de partes do pensamento ou resultados de estudos sem a devida citação" (R45). Já 47% dos respondentes se referiram ao plágio enquanto processo de apropriação (roubo) indevida da propriedade intelectual de ideia ou trabalho sem dar crédito à sua autoria. Esse tipo de referência vai de encontro ao entendimento de Barbasfano e Souza (2007), Instituto Bioética (2016), Pithan e Oliveira (2013), Martin (2013), das Diretrizes Básicas à Integridade Científica de 2011 do CNPQ (2015).

Com relação aos tipos de plágio, o primeiro deles a ser investigado foi o autoplágio. Ao analisar as respostas que versavam sobre a opinião dos respondentes em relação a utilização de trechos de textos de sua autoria em diversos trabalhos, 55% consideraram como sendo autoplágio contra 30% que discordaram e 13% de indiferentes. Ao se confrontar com a pergunta que exemplifica a prática de copiar trechos de textos próprios produzidos e publicados sem referenciá-los, percebeu-se que 70% dos respondentes não realizam tal prática contra 30% que afirmaram realizá-la.

Quanto à *salami publishing*, Martin (2013) explica que a fragmentação de um estudo pode resultar em uma duplicação de publicações e, conseqüentemente, em possível manifestação de plágio, no entanto, apenas seis respondentes basearam suas respostas nesse pressuposto e 60% dos respondentes, incluindo dois docentes, concordam com essa prática em relação a trabalhos mais complexos, como teses e dissertações. Isso foi amplamente justificado pela necessidade de divulgação das ideias, já que esses trabalhos têm grande quantidade de páginas que devem ser reduzidas para atender às normas editoriais de periódicos. Os seis respondentes que não concordam com a fragmentação do estudo maior argumentam a não concordância a partir do fundamento de que não se justifica o uso do mesmo referencial teórico e o empobrecimento da produção científica com vistas ao produtivismo em detrimento da qualidade na pesquisa. Outro aspecto pertinente é que a maioria dos respondentes considera plágio o fato de traduzir textos em outras línguas e os publicar sem referenciar a autoria original, conforme orienta Meuschke e Gipp (2013); apenas um respondente negou essa afirmativa.

Com relação às ferramentas para a construção do referencial teórico, ao serem indagados sobre os meios para a captação de material a ser utilizado na construção do referencial teórico durante a elaboração de um artigo, 72% informaram utilizar buscadores virtuais, já a opção sobre periódicos on-line foi apontada como ferramenta de construção de referencial teórico por 89%. Biblioteca física apareceu como opção para 53%, 66% informaram utilizar, pelo menos, três ferramentas, sendo as mais utilizadas os periódicos on-line (89%), os buscadores virtuais (72%) e as bibliotecas virtuais (51%), a opção menos utilizada foi a de periódicos impressos (34%).

Outras respostas foram baseadas em canais mercadológicos com discussão empírica sobre a temática proposta, pares e colegas atuantes na área pesquisada, além de fichamentos, articulação de ideias e mapas históricos. Foi perguntado aos participantes sobre a prática de verificação da originalidade e do ineditismo da ideia ao fazer um artigo e 68% responderam que fazem a verificação, o que a tendência é uma boa prática à diminuição de possíveis plágios.

Dos que informaram realizar essa verificação, 30% utilizam sites especializados, 53% buscadores e 15% *softwares* especializados. Dentre os buscadores o mais utilizado é o Google; ressalta-se, ainda, a utilização de sítios como o Spell, Periódico Capes, Google Acadêmico, SciELO, Proquest, Propensity Score Matching, EBSCO. Sobre a proteção da ideia na elaboração de um artigo, 71% dos respondentes informaram não a fazer e, dos respondentes que a protegem, a sua forma mais comum é o compartilhamento com os membros dos grupos de pesquisa (60%), 40% dos respondentes informaram que usam como outra forma de proteção a não divulgação intencional do manuscrito que estão desenvolvendo.

4.4 Combate ao plágio na instituição de ensino pesquisada

Apesar de muitos autores como Barbasfano e Souza (2007), Krokosz (2011) e Veludo-De-Oliveira, Aguiar, Queiroz, & Barrichello (2014) pregarem a importância do combate ao plágio, 75% dos respondentes afirmaram desconhecer quaisquer tipos de práticas e medidas voltadas ao mesmo na instituição de ensino da qual fazem parte como discentes e docentes. Conforme os agrupamentos

propostos por Krokosz (2011), os 19% que responderam positivamente elencaram as medidas de combate ao plágio que podem ser adotadas, apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4 - Medidas de combate ao plágio sugeridas pelos respondentes

Tipo	Medidas	Quant.	%
Institucionais	Disponibilização de guias, manuais ou códigos de ética sobre o assunto.	5	11%
	Ação por meio de comitê de integridade acadêmica.	2	4%
Preventivas	Esclarecimento sobre valores éticos na comunidade acadêmica.	4	9%
	Esclarecimento sobre a má qualificação dos profissionais que praticam ações desonestas.	1	2%
	Promoção de capacitação instrumental antiplágio (cursos, atividades, exercícios, abordagem disciplinar, elaboração e orientação para trabalhos acadêmicos).	1	2%
Diagnósticas	Incentivo ao uso de sites ou <i>softwares</i> de detecção de plágio.	1	2%
Corretivas	Correção por penalização/punição de plágio comprovado.	4	9%

Observou-se sugestão de medidas institucionais de combate ao plágio com maior intensidade com 11% das respostas, seguida pelas medidas de prevenção, a partir do esclarecimento sobre valores éticos na comunidade acadêmica e de correção por penalização ou punição de plágio comprovado, ambas com 9% dos votos.

Ainda, percebeu-se que medidas preventivas e diagnósticas não são amplamente conhecidas, como o esclarecimento de valores éticos, má qualificação dos profissionais, e incentivo ao uso de sites ou *softwares* de detecção de plágio. Uma medida institucional que pode ser melhor divulgada é a ação do comitê de integridade acadêmica ou de ética na pesquisa, como também a medida preventiva relacionada a avaliação de práticas desonestas pelo processo de construção do trabalho final, que não foi selecionada pelos respondentes.

5 CONCLUSÕES

Essa pesquisa buscou verificar práticas de criação e disseminação do saber acadêmico voltadas à formação do pesquisador em Administração, a partir da percepção de alunos e professores de um conceituado programa de pós-graduação de uma instituição federal de ensino superior, no Estado de Pernambuco. A partir do objetivo atingido, foi possível responder à questão de pesquisa: “Como o senso comum no ambiente de estudo tem orientado as práticas acadêmicas numa perspectiva ética no âmbito *stricto sensu* da Pós-Graduação em Administração?”

Neste sentido, os achados revelaram que mesmo alguns discentes e docentes tendo vivência na pós-graduação *stricto sensu*, há uma distinção entre suas afirmações, relacionadas a definições e opiniões acerca da temática, e suas práticas efetivas de desenvolvimento de textos acadêmicos, muitas vezes, por desconhecer as variações na tipologia de plágio ou na ausência de implementação de novas medidas de combate ao mesmo e/ou na divulgação das já praticadas na instituição de ensino pesquisada.

Desta forma, os resultados permitiram inferir que o senso comum voltado às orientações éticas para a construção, registro e publicação do conhecimento adquirido durante a formação do pesquisador ainda está em processo de produção, demandando, portanto, maiores discussões acadêmicas voltadas a práticas éticas que contribuam para seu amadurecimento e que o consolidem culturalmente no ambiente analisado.

Verificou-se também que há a conscientização da necessidade e importância do agir de forma ética, mas não foram vistos exemplos reais de como praticar. Além disso, confirmou-se que o ambiente acadêmico influencia diretamente as práticas veladas e a formação do pesquisador. Neste sentido, tais discussões devem se estreitar entre docentes e discentes de todos os níveis de formação acadêmica e se ampliar para além dos muros institucionais. Isto quer dizer que os debates devem ser incentivados e disseminados entre acadêmicos, avaliadores e editores de revistas científicas, a fim de que sejam definidas as diretrizes éticas universais para boas práticas em pesquisa, pois algumas ações

são realizadas e bastante aceitas por acadêmicos naturalmente, sem que o senso crítico tenha atentado para possíveis aplicações de condutas antiéticas, como é o caso, por exemplo, da sobreposição de publicações que envolve submissões e publicações duplicadas, submissões concorrentes e publicações irmãs.

Faz-se necessária, na instituição de ensino pesquisada, uma maior preocupação com a disseminação de conceitos e capacitações sobre as formas de fraude na pesquisa como *self-citation*, *cross-citation*, *over-citation*, além do plágio, suas tipologias e desdobramentos. Bem como a criação de mecanismos de proteção das ideias e trabalhos dos que fazem parte do programa. O desenvolvimento acadêmico-científico deve sempre se sobrepor às pressões impostas pelo sistema de avaliação institucional, o qual incentiva o crescente aumento de publicações e de outros indicadores quantitativos para que as instituições obtenham avaliações satisfatórias, deixando muitas vezes para segundo plano, a qualidade dos serviços prestados e dos resultados obtidos.

O exercício de inculcar nos agentes do desenvolvimento acadêmico os valores e virtudes inerentes às práticas éticas, os quais foram tratados neste estudo, já faz parte do primeiro passo para que a realidade da produção acadêmica seja modificada sob a perspectiva ética. O segundo passo é disseminar as boas práticas orientadas por tais valores e institucionalizá-las par, de fato, gerar impacto positivo para o processo de formação do pesquisador.

Além das considerações expostas, este artigo apresentou também como contribuição, a ampliação epistemológica da conduta ética que o pesquisador deve assumir, ao abordar temas que existem no pragmatismo, mas que pouco são trazidos a debate pela comunidade acadêmica, como é o caso de *cross-citation* e *over-citation*.

6 LIMITAÇÕES E SUGESTÕES DE NOVAS PESQUISAS

Como a maioria das pesquisas qualitativas robustas, este estudo teve limitações. A primeira delas foi o fato de poucos docentes pertencentes ao universo do estudo terem respondido ao questionário. Eram esperadas mais respostas para que os resultados pudessem ser confrontados de forma mais assertiva entre docentes e discentes e, de repente, para que outras situações pudessem também ser contempladas nas categorizações feitas a partir dos *feedbacks*. A segunda limitação diz respeito ao desenho do caminho pelo qual percorreu o referencial teórico e as discussões nele embasadas, tendo em vista muitos subtemas estarem associados a violações éticas. O tema permite inúmeras discussões, mas que não cabem tão somente em um manuscrito, devido à restrição de palavras e páginas.

Para pesquisas futuras, sugere-se a inclusão de avaliadores e editores de revistas neste processo investigativo, bem como outras comunidades acadêmicas distintas da analisada, a fim de verificar a percepção de um universo maior no tocante ao tema estudado. É possível que outras práticas e realidades sejam visualizadas e, por conseguinte, auxiliem na definição das práticas aceitas e consideradas éticas para a construção, registro e publicação do conhecimento adquirido e maior incorporação ontológica da ética nas atividades acadêmicas.

REFERÊNCIAS

- Adler, P. A., & Adler, P. (1994). Observational techniques. In N. K. Denzin, & Y. S. Lincoln (Eds.). *Hand book of qualitative research*. Londres: SAGE, 377-392.
- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2002). *NBR 10520:2002*. Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação.
- Barbasfano, R. G., & Souza, C. G. (2007). Percepção do conceito de plágio acadêmico entre alunos de engenharia de produção e ações para sua redução. *Revista Produção Online*, Edição Especial dez.

- Bertero, C. O., Caldas, M. P., & Wood, T. Jr. (1999, jan./abr.). Produção científica em administração de empresas: Provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, 3(1), 147-178.
- Bonzi, S., & Snyder, H. W. (1991). Motivations for citation: A comparison of self-citation and citation to others. *Scientometrics*, 21(2), 245-254.
- Brasil. (2011). *Plágio Acadêmico: Conhecer para combater*. In Ministério de Saúde (Org.). Rio de Janeiro: INCA.
- Bretag, T., & Mahmud, S. (2009). Self-plagiarism or appropriate textual re-use? *Journal Academy Ethics*, (7), 193-205.
- Cardoso, A. L. J. (2015). Processo científico: A formação do pesquisador em Administração. *Pretexto*, 6(1), 99-116.
- Chen, D., Mocker, M., Preston, D. S., & Teubner, A. (2010). Information systems strategy: Reconceptualization, measurement, and implications. *MIS Quarterly*, 34(2), 233-259.
- Committee of Publication Ethics. (2012). *Citation manipulation*. Concordia Library: Texas. Recuperado de: [http://publicationethics.org/files/u661/Forum discussion topic_final.pdf](http://publicationethics.org/files/u661/Forum%20discussion%20topic_final.pdf)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. (2015). *Diretrizes Básicas para a Integridade Científica de 2011*. Recuperado de <http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (2000). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: SAGE.
- Gatti, B. A. (1987). Formar professores ou pesquisadores no Mestrado em Educação. *Boletim Anped*, (1), 31-34.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: Tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, 35(3), 20-29, São Paulo.
- Gollogly, L., & Momen, H. (2006). Ethical dilemmas in scientific publication: Pitfalls and solutions for editors. *Revista Saúde Pública*, 40(esp.), 24-29.
- Gomes, H. F. (2011). Ética e informação na construção do conhecimento e a perspectiva Bachelardiana dos obstáculos epistemológicos na formação do espírito científico. *Revista de Asociación de Educación e Investigación en Ciencia de La Información de Iberoamericana y El Caribe*, 1(1).
- Gonçalves, H. H. L., Noldin, P. H. P., & Gonçalves, C. C. O. (2011). Recurso do plágio em trabalhos acadêmico-científicos: Um tema em questão. *Revista da UNIFEPE*, (9), jul./dez.
- Hyland, K. (2003). Self-citation and self-reference: Credibility and promotion in academic publication. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, 54(3), 251-259.
- Inarelli, P. B., Sanches, O. P., Cappelozza, A., & Albertin, A. L. (2011). Fatores antecedentes na atitude de alunos de graduação frente ao plágio. In XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, *Anais...*, Rio de Janeiro.

- Instituto Bioética. (2016). Recuperado de <http://anis.org.br/>
- Johnson, S., & Martin, M. (2005). Academic dishonesty: A new twist to an old problem. *Athletic Therapy Today*, 10(4), 48-50.
- Krokosz, M. (2011). Abordagem do plágio nas três melhores universidades de cada um dos cinco continentes e do Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 16(48), set./dez.
- Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm
- Lombardo, T. (2009). Understanding and teaching future consciousness. *On the Horizon*, 17(2), 85-97.
- Lopes, J. (2006). *O fazer do trabalho científico em ciências sociais*. Recife: Universitária.
- Manso, E. J. V. (1987). *O que é direito autoral*. São Paulo: Brasiliense.
- Martin, B. R. (2013). Whither research integrity? Plagiarism, self-plagiarism and coercive citation in an age of research assessment. *Research Policy*, 42, 1005-1014.
- McCuen, R. H. (2008). The plagiarism decision process: The role of pressure and rationalization. *IEEE Transactions on Education*, 51(2), 52-56.
- Meuschke, N., & Gipp, B. (2013). State-of-the-art in detecting academic plagiarism. *International Journal for Educational Integrity*, 9(1), 50-71.
- Pardo, M. B. L. (2011). Formação do pesquisador: Resultados de cursos de pós-graduação em educação. *Paidéia*, 21(49), 237-246.
- Paula, S. L., & Mendonça, J. R. (2014). A construção de uma impressão socialmente responsável: Um estudo em instituições de ensino superior a partir da comunicação organizacional. *Revista de Negócios*, 19, 44-69.
- Pinto, N. B., & Martins, P. L. O. (2009). Práticas de formação de pesquisadores da Educação. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, 9(26), 103-118.
- Pithan, L. V., & Oliveira, A. P. (2013). Ética e integridade na pesquisa: O plágio nas publicações científicas. *Revista da Associação Médica do Rio Grande do Sul*, 57(3), 240-245.
- Resnik, D. B. (2013). *What is Ethics in Research & Why is it Important?* National Institute of Environment Health Sciences.
- Roberts, E. (2002). Strategies for promoting academic integrity in CS Courses. *Frontiers in Education* (32nd. Annual). IEEE, v. 2, p F3G-14-F3G19.
- Russo, M. (2014). Ética e integridade na ciência: Da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. *Estudos Avançados*, 28(80), 189-198.
- Sanchez, O. P., & Innarelli, P. B. (2012). Desonestidade acadêmica, plágio e ética. *GV Executivo*, 11(1), jan/jun.

Sharp, M. (2003). *Intellectual property legal alert*.

Tagliacozzo, R. (1977). Self-citations in scientific literature. *Journal of Documentation*, 33(4), 265-272.

Vasconcelos, S., Leta, J., Costa, L., Pinto, A., & Sorenson, M. M. (2009) Discussing plagiarism in Latin American science. *European Molecular Biology Organization Reports*, 10(7), 677-682.

Veludo-De-Oliveira, T. M., Aguiar, F. H. O., Queiroz, J. P., & Barrichello, A. (2014). Cola, plágio e outras práticas acadêmicas desonestas: Um estudo quantitativo-descritivo sobre o comportamento de alunos de graduação e pós-graduação da área de negócios. *Revista de Administração Mackenzie*, 15(1), 73-97, jan./fev.

Vergara, S. C. (2009). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas.

Vergara, S. C., & Ferreira, V. C. P. (2005). A representação social de ONGs segundo formadores de opinião do Município do Rio de Janeiro. *Revista de Administração Pública*, 39(5), 1138-1159.